

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL- LRF

Audiência Pública – 2º Quadrimestre de 2019

Niterói, 26 de setembro de 2019



➤ OBJETIVO

Em cumprimento ao § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Audiência tem por objetivo abordar, de forma resumida, a execução orçamentária e financeira do 2º Quadrimestre de 2019, bem como apresentar a execução das metas de arrecadação estabelecidas na LDO.

Será também apresentada a execução do 2º Quadrimestre de 2018, para permitir uma melhor comparação dos dados. Ao longo desta exposição, buscou-se oferecer elementos para melhor compreensão dos dados contidos nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), respectivamente, do 6º bimestre e do 2º quadrimestre de 2019.



➤ FUNDAMENTOS LEGAIS

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL- LRF/2000

Art. 9º -...

§4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no §1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.



SUMÁRIO

Resultados até o 2º Quadrimestre/2019

- I. **Receitas**
- II. **Despesas**
- III. **Resultado Orçamentário**
- IV. **Resultados Fiscais**
- V. **Demonstrativo de Limites**



- **RECEITAS PÚBLICAS**

Receita pública é o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade, como hospitais, escolas, iluminação, saneamento, entre outras funções.

- **RECEITAS CORRENTES (TRIBUTA CON P A I S)**

São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Governo, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

- **RECEITAS DE CAPITAL (OPERA ALI AMOR)**

São instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>



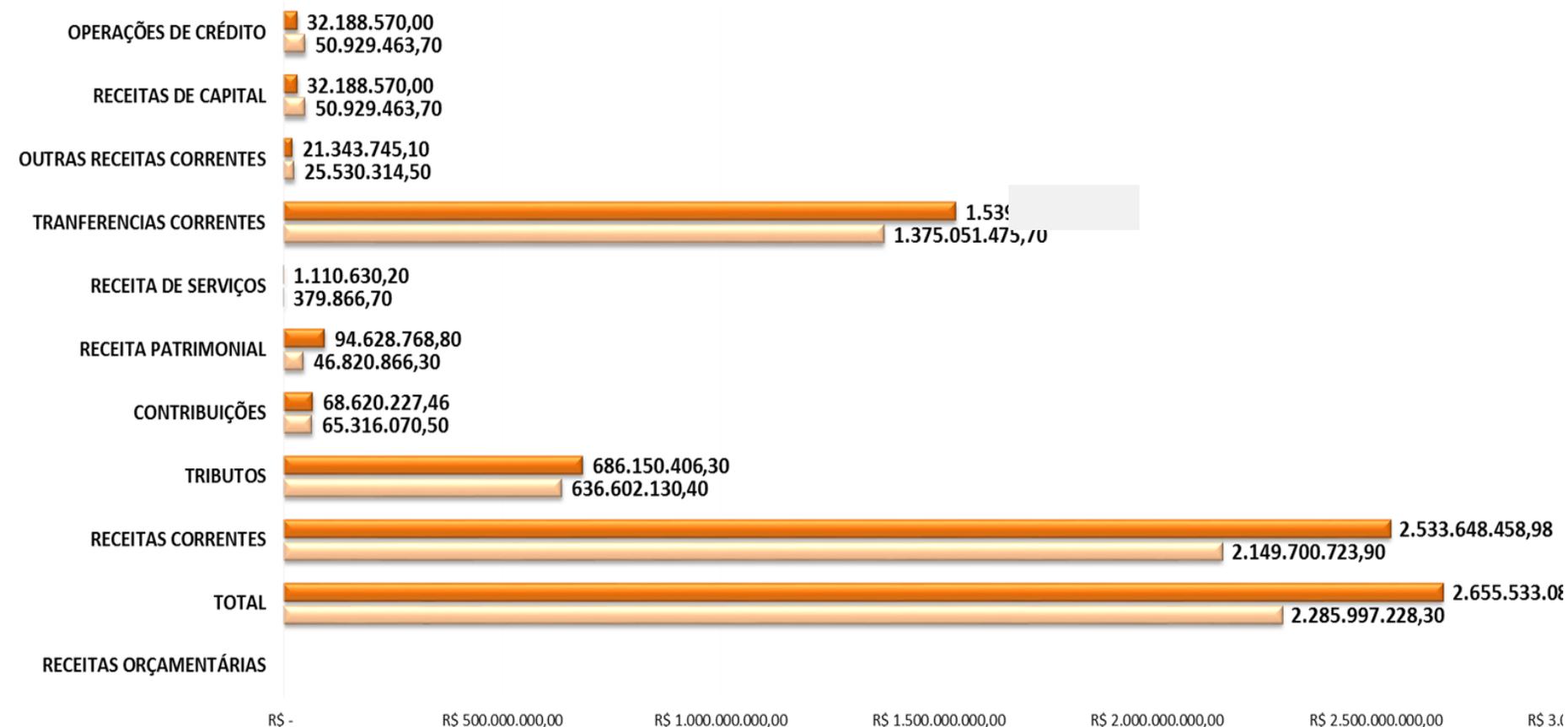
BALANÇO DAS RECEITAS ARRECADADAS

Receitas	Até o 2º Quadrimestre de 2018	Até o 2º Quadrimestre de 2019	Variação (%)
1 Receita Correntes	R\$ 2.149.700.723,90	R\$ 2.533.648.458,98	17,86%
1.1 Receita Tributária	R\$ 636.602.130,40	R\$ 686.150.406,31	7,78%
1.2 Receita de Contribuições	R\$ 65.316.070,50	R\$ 68.620.227,46	5,06%
1.3 Receita Patrimonial	R\$ 46.820.866,30	R\$ 94.628.768,76	102,11%
1.4 Receita de Serviços	R\$ 379.866,70	R\$ 1.110.630,16	192,37%
1.5 Transferências Correntes	R\$ 1.375.051.475,70	R\$ 1.539.934.535,13	11,99%
1.6 Outras Rec. Correntes	R\$ 25.530.314,50	R\$ 21.319.265,95	-16,49%
2 Receita de Capital	R\$ 50.929.463,70	R\$ 32.188.569,95	-36,80%
2.1 Operações de Crédito	R\$ 50.929.463,70	R\$ 32.188.570,00	-36,80%
SUBTOTAL (1 + 2)	R\$ 2.200.630.187,60	R\$ 2.565.837.028,93	16,60%
3. Rec. intra-orçamentárias	R\$ 85.367.040,70	R\$ 89.696.055,26	5,07%
TOTAL	R\$ 2.285.997.228,30	R\$ 2.655.533.084,19	16,17%



O Balço Orçamentário fornece uma visão geral da execução orçamentária, segundo a classificação por grupos de natureza de receitas. O gráfico abaixo compara os valores executados em cada grupo de natureza de Receita, do período de referência do exercício atual como período de referência do exercício anterior.

Receitas Arrecadadas até Agosto/2018 x até Agosto/2019



Corrente

São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Governo, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Capital

São instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Até o mês/2019

Até o mês/2018

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de maio de 2019 e de maio de 2018, Anexo 1 – Balço Orçamentário.

▪ **DESPESAS PÚBLICAS**

Aquela executada por entidade pública e que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da Lei Orçamentária Anual ou de créditos adicionais pertencendo ao exercício financeiro da emissão do respectivo empenho.

• **DESPESAS CORRENTES**

Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

• **DESPESA DE CAPITAL**

Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>



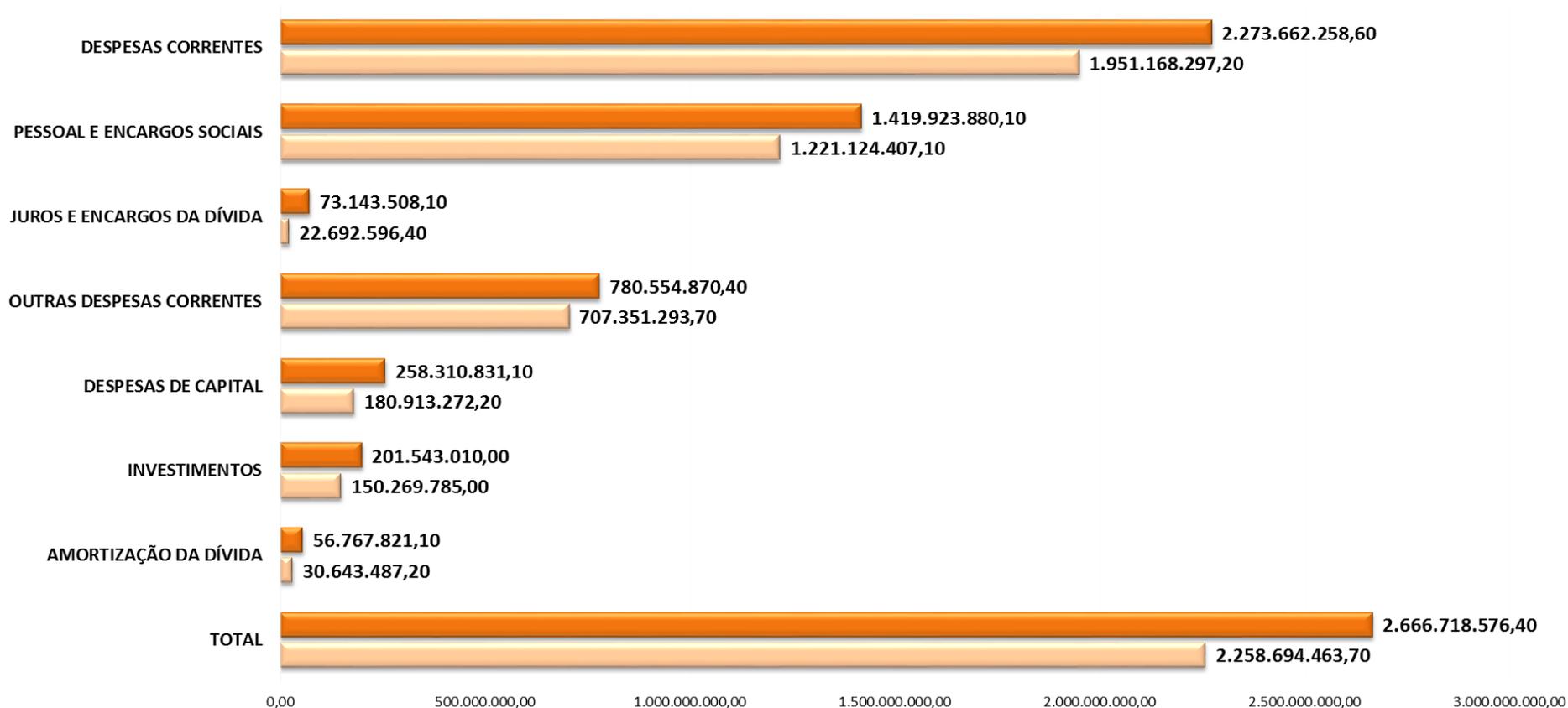
BALANÇO DAS DESPESAS EMPENHADAS “EXECUTADAS”

Despesas	Até o 2º Quadrimestre de 2018	Até o 2º Quadrimestre de 2019	Varição (%)
1 Despesas Correntes	R\$ 1.951.168.297,20	R\$ 2.273.622.258,60	16,53%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.221.124.407,10	R\$ 1.419.923.880,10	16,28%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 22.692.596,40	R\$ 73.143.508,10	222,32%
Outras Despesas Correntes	R\$ 707.351.293,70	R\$ 780.554.870,40	10,35%
2 Despesas de Capital	R\$ 180.913.272,20	R\$ 258.310.831,10	42,78%
Investimentos	R\$ 150.269.785,00	R\$ 201.543.010,00	34,12%
Amortização da Dívida	R\$ 30.643.487,20	R\$ 56.767.821,10	85,25%
3 Despesas Intra- Orçamentárias	R\$ 126.612.894,30	R\$ 134.785.486,70	6,45%
TOTAL (1+2+3)	R\$ 2.258.694.463,70	R\$ 2.666.718.576,40	18,06%



O Balço Orçamentário fornece uma visão geral da execução orçamentária, segundo a classificação por grupos de natureza de despesa. O gráfico abaixo compara os valores executados em cada grupo de natureza de despesa, do período de referência do exercício atual como período de referência do exercício anterior.

Despesas Executadas até Agosto/2018 x até Agosto/2019



Despesas Liquidadas ou Executadas

A liquidação é a fase da execução da despesa entre o empenho e o pagamento. É a fase em que se reconhece o direito do fornecedor do bem ou serviço, surgindo, para a União, a obrigação de pagar. É a fase em que se apropria a despesa orçamentária ao longo do exercício financeiro. Ao final do exercício, as despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são consideradas executadas.

Refinanciamento

Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.

- Até o mês/2019
- Até o mês/2018

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Receita	Até o 2º Quadrimestre de 2018	Até o 2º Quadrimestre de 2019	Variação (%)
1 - Arrecadação Bruta	R\$ 622.257.279,79	R\$ 697.312.675,37	12,06%
IPTU	R\$ 311.277.127,88	R\$ 357.296.573,90	14,78%
IRRF	R\$ 48.304.148,10	R\$ 57.133.164,74	18,28%
ITBI	R\$ 42.638.431,58	R\$ 38.483.935,47	-9,74%
ISS	R\$ 181.584.101,81	R\$ 201.331.340,00	10,87%
TAXAS	R\$ 38.453.470,42	R\$ 40.983.432,81	6,58%



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário demonstra o valor atingido pela administração pública na gestão orçamentária dos recursos. O resultado orçamentário é obtido através da diferença entre as Receitas Orçamentárias deduzidas das Despesas Orçamentárias.

Se o resultado for positivo, temos Superávit. Caso o resultado seja negativo, então se caracteriza o Déficit Orçamentário. Para apuração do Resultado Orçamentário foram considerados os valores da **Receita Arrecadada**, bem como os valores da **Despesa Empenhada** até o mês em análise.

[Fonte: MCASP Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 8ª Edição- 2019](#)



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
	Até o 2º Quadrimestre de 2018	Até o 2º Quadrimestre de 2019	Variação (%)
RECEITAS ARRECADADAS	R\$ 2.285.997.228,30	R\$ 2.533.648.459,00	10,83%
DESPEAS EMPENHADAS	R\$ 2.258.694.463,70	R\$ 2.666.718.576,40	18,06%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	R\$ 713.511.592,00	-R\$ 133.070.117,40	-118,65%





DÍVIDA PÚBLICA

Dívida pública é o conjunto de obrigações financeiras do setor público contraídas junto a terceiros para cobrir déficits, ou seja, quando as receitas de um determinado ente público não são suficientes para arcar com todas as despesas.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/comunidades/macroavaliacao-governamental/areas-de-atuacao/divida-publica/>





DÍVIDA PÚBLICA CONFORME LRF

A LRF fixa limites para o endividamento de União, estados e municípios e obriga os governantes a definirem metas fiscais anuais e a indicarem a fonte de receita para cada despesa permanente que propuserem. A partir da LRF, prefeitos e governadores foram impedidos de criar uma despesa por prazo superior a dois anos sem indicar de onde virá o dinheiro.

Fonte: <https://www.senado.gov.br>



DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
RESULTADO NOMINAL	Até o 2º Quadrimestre de 2018	Até o 2º Quadrimestre de 2019
Dívida Consolidada	R\$ 925.454.804,90	R\$ 615.330.874,20
Deduções	R\$ 953.469.759,20	R\$ 1.521.334.069,20
Dívida Consolidada Líquida	-R\$ 28.014.954,30	-R\$ 906.003.195,00
(%) em relação à RCL (limite máximo de 120%)	-1,00%	-26,61%
	RCL 2019	R\$ 3.404.298.279,09
	RCL 2018	R\$ 2.808.074.187,11



COMPARATIVO 2018/2019

-375,80%



RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um superávit primário caso seja negativa, tem-se um déficit primário.

Indica a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos.

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/>



O **Resultado Nominal** é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP).

<https://www.gestaopublica.com.br/>



Resultado Primário x Nominal: Paralelo com as Finanças Pessoais

Na perspectiva das finanças pessoais a política fiscal de um cidadão se traduz na forma como ele administra suas receitas e despesas ao longo de um período. A Figura 1 demonstra de modo simples um “exemplo de casa”, onde o cidadão recebe um salário de R\$ 1.000 e após deduzidas suas despesas de manutenção e investimentos do período restam-lhe R\$ 200, o que caracteriza seu resultado primário, que neste caso é um superávit.

Resultados Primário e Nominal

“O exemplo de casa”

+ 1.000	Salário
(400)	Aluguel
(200)	Alimentação
(200)	Outras despesas
200	Resultado Primário
(250)	(+/-) Juros
(50)	Resultado Nominal

Fonte: <https://www.gestaopublica.com.br/>



RESULTADOS: PRIMÁRIO E NOMINAL

RESULTADO PRIMÁRIO			
RESULTADOS	Até o 2º Quadrimestre de 2018	Até o 2º Quadrimestre de 2019	Variação (%)
RESULTADO PRIMÁRIO	R\$ 686.142.071,10	R\$ 687.957.332,30	0,26%
RESULTADO NOMINAL	-R\$ 567.676.446,20	R\$ 672.159.063,80	-218,41%

Fonte: SIGFIS-TCE Anexo 6a e 6b RREO



OPERAÇÕES DE CRÉDITO



A contratação de operações de crédito, por Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes, subordina-se às normas da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e às Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 40 e 43, de 2001.

Fonte: <http://tesouro.fazenda.gov.br/>



LIMITES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Até o 2º Quadrimestre 2018	Até o 2º Quadrimestre 2019	Variação
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE	50.929.463,60	32.188.570,00	18.740.893,60
(%) SOBRE A RCL (Limite Máximo de 16% da RCL)	1,81%	0,95%	-48%

Fonte: SIGFIS-TCE Anexo 4 RGF



LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A LRF fixa limites para despesas com pessoal, para dívida pública e ainda determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas.

Além disso, segundo a LRF, nenhum governante pode criar uma nova despesa continuada (por mais de dois anos), sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes. Isso faz com que o governante consiga sempre pagar despesas, sem comprometer o orçamento ou orçamentos futuros.

Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>



O cálculo dos Limites da LRF é efetuado com base na **Receita Corrente Líquida**:

A Receita Corrente Líquida (RCL) é importante por indicar os recursos que o governo dispõe a cada exercício para fazer frente as suas despesas. Ela é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes. Deste valor são subtraídos, principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados e Municípios, no caso da União.

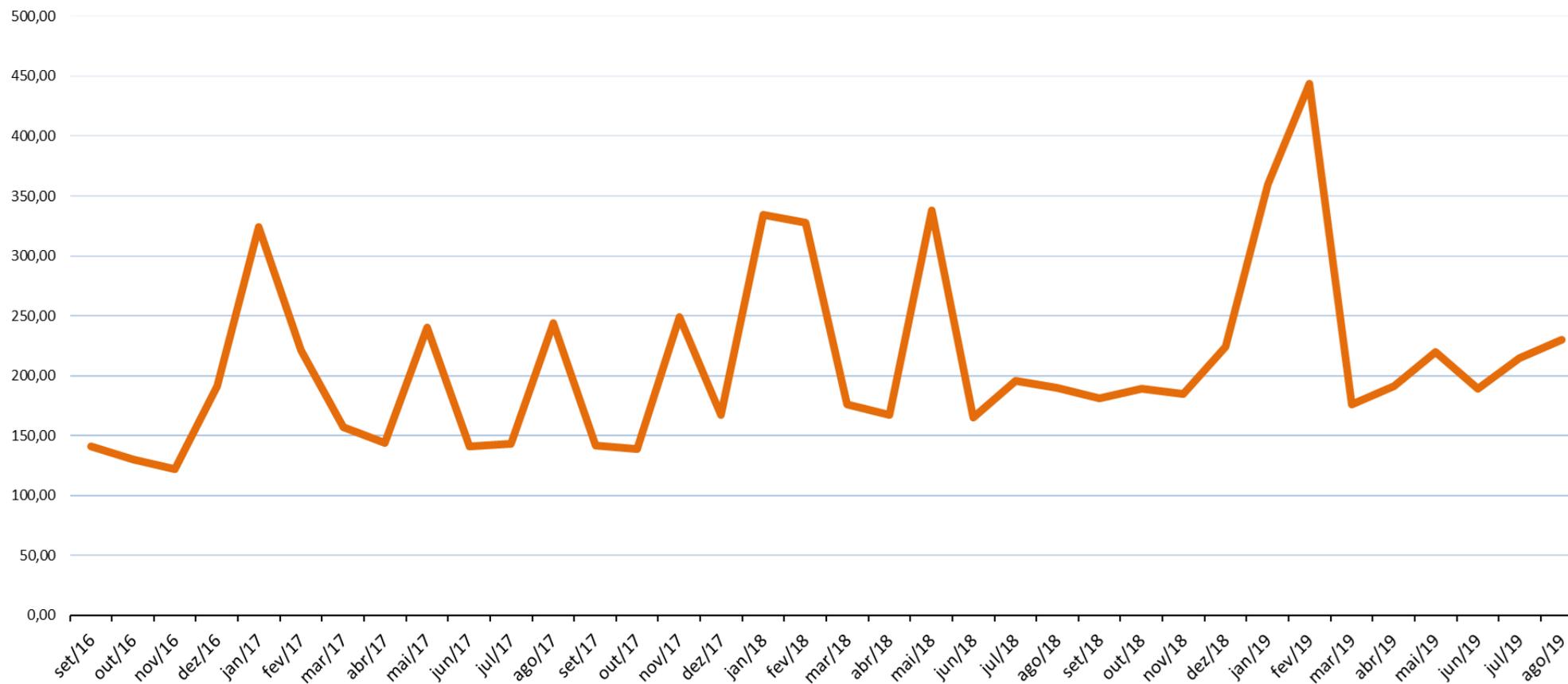
Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>



O Balanço Orçamentário fornece uma visão geral da execução orçamentária, segundo a classificação por grupos de natureza de receitas. O gráfico abaixo compara os valores executados em cada grupo de natureza de Receita, do período de referência do exercício atual como período de referência do exercício anterior.

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (apuração conforme valores acumulados nos últimos 12 meses) (R\$ milhões)



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

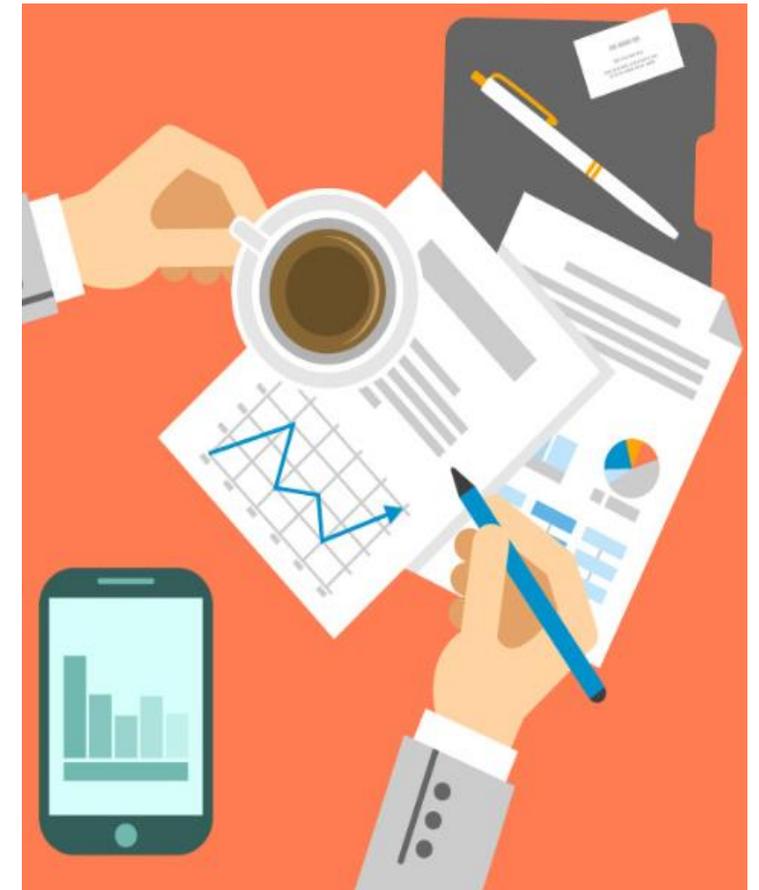
Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2016 à Agosto/2019, Anexo 3

LIMITES - LRF

QUADRO RESUMO	Limite Legal
Gastos Com Pessoal Poder Executivo	No máximo 54% da Receita Corrente Líquida - RCL
Dívida Consolidada Líquida	No máximo 120% da Receita Corrente Líquida - RCL
Operações de Crédito	No máximo 16% da Receita Corrente Líquida – RCL
Aplicação em Saúde	No mínimo 15% da Receita Líquida de Impostos – RLI (anual)
Aplicação em Educação	No mínimo 25% da Receita Líquida de Impostos (anual)



QUADRO RESUMO DOS LIMITES

QUADRO RESUMO			
QUADRO RESUMO	Limite Legal	Até o 2º Quadrimestre 2019	ÍNDICE (%)
Gastos Com Pessoal Poder Executivo	No máximo 54% da Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 1.165.845.024,40	34,25%
Dívida Consolidada Líquida	No máximo 120% da Receita Corrente Líquida - RCL	-R\$ 906.003.195,00	-26,61%
Operações de Crédito	No mínimo 16% da Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 32.188.570,00	0,95%
Aplicação em Saúde	No mínimo 15% da Receita Líquida de Impostos - RLI (anual)	R\$ 178.037.223,20	16,34%
Aplicação em Educação	No mínimo 25% da Receita Líquida de Impostos (anual)	R\$ 230.650.912,30	21,17%
RCL 2019 R\$ 3.404.298.279,09			
RL DE IMPOSTOS 2019 R\$ 1.089.406.230,			

Fonte: SIGFIS-TCE Anexo 6 RGF





≡ O GLOBO RIO

Bairros

Prefeitura de Niterói fecha parceria de R\$ 30 milhões para programa de pesquisa da UFF

Acordo será assinado em novembro, quando o município lançará os editais de obras para a reforma do Cinema Icaraí e para a conclusão do novo prédio do Instituto de Artes e Comunicação Social (Iacs)

O Globo

29/08/2019 - 13:22



A parceria inclui ainda um **curso de MBA em gestão** e dezenas de outros cursos de curta duração para **2.500 servidores públicos municipais**.

Engloba também o acesso de alunos da rede municipal de Educação ao navio Escola da UFF, que ficará atracado na Diretoria de Hidrografia e Navegação na Ponta D'Areia, em cooperação com a Marinha.



SAÚDE DE NITERÓI É DESTAQUE EM RANKING DE CIDADES INTELIGENTES

“Nossa cidade conquistou o 1º lugar em Saúde no estado do Rio de Janeiro e o 6º lugar entre todas as cidades com mais de 50 mil habitantes na quinta edição do Ranking Connected Smart Cities.

A conquista segue um progresso contínuo, já que em 2017 a Saúde de Niterói estava na 37ª posição e em 2018 na 19ª, chegando ao sexto lugar este ano.

Nos últimos anos, reformamos e readequamos unidades da atenção básica, chegamos a 80% de cobertura do médico de família-, reabrimos e modernizamos o Getulinho. Esses são alguns dos fatores que mostram o motivo da evolução da cidade na pesquisa! “



PREFEITURA
NITERÓI

TRABALHANDO SÉRIO,
SUPERANDO DESAFIOS.

FAZENDA



Prefeitura de Niterói

20 de setembro às 18:33 · 🌐



Niterói é destaque na redução dos índices de criminalidade mais uma vez!

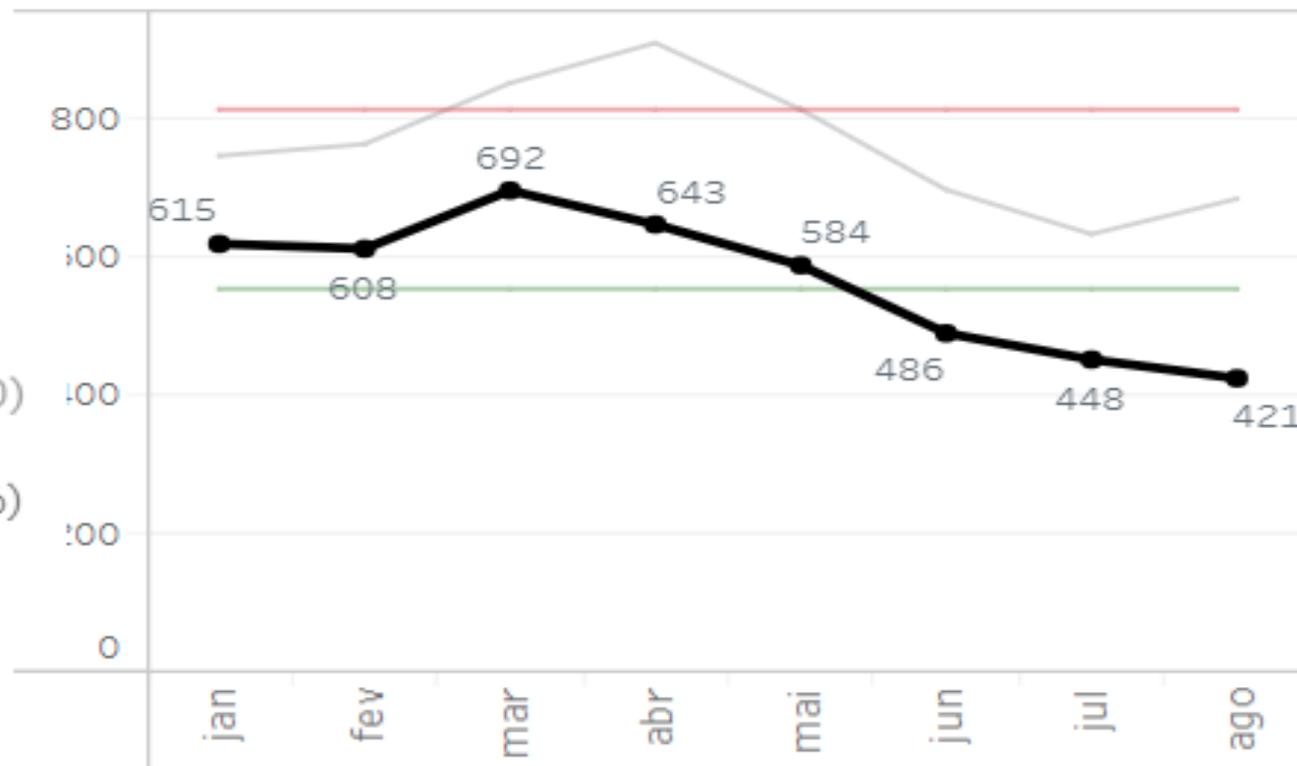
Índices divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que Niterói está no caminho certo na política de segurança pública. Nossa cidade obteve, por mais um mês seguido, os melhores resultados na redução de índices de criminalidade.



Total de roubos

Série histórica

ago/2019
421
(ago/2018: 680)
▼ -259 (-38.1%)



A divulgação de informações públicas de forma transparente é um direito democrático dos cidadãos para que possam acompanhar o seu governo e exercer o controle social.

Os seguintes relatórios e apresentações: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO; Relatório de Gestão Fiscal - RGF e Audiências Públicas, estão disponíveis no site:

portais.niteroi.rj.gov.br/portal-da-transparencia/main/outras_informacoes/Prestação



The screenshot shows the 'Portal da Transparência' website. The header features the text 'PORTAL DA TRANSPARÊNCIA' in white on a blue background. Below the header, there is a navigation menu with 'Prestação' selected and highlighted in blue. Underneath, a section titled 'Prestação' contains three items, each with a blue square icon: 'Prestações de contas - Relatório de Gestão', 'RGF - Relatório de Gestão Fiscal', and 'RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária'. The background of the page shows a cityscape with mountains in the distance.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PREFEITO

Rodrigo Neves Barreto

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Giovanna Guiotti Testa Vicer

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Axel Schmidt Graef

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Francisco Marcelo Bandeira Batista

SUBSECRETÁRIO DE CONTROLE E FINANÇAS

Heitor Pereira Moreira

SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FAZENDÁRIAS

Nylfson Rodrigues Borges Nogueira

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE

Yasmim da Costa Monteiro

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

João Ricardo Nunes Ribeiro

CONTADOR

Rodrigo Carvalho Ferreira

EQUIPE DA CONTABILIDADE:

Fabricio Feijó Arrais
Israel Augusto Marins Moretoni
Ligia Werneck Damasceno Marins
Márcio dos Santos Noronha
Mariana Ferreira Rodrigues
Michelle da Costa Gonçalves

Informações:

Telefones: (21) 2621-2400 R.236/239,
2719-4179

E-mail: fazenda@niteroi.rj.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Palácio Araribóia nº 100
Centro - NITERÓI – Rio de Janeiro - RJ